

DILEMAS E TENSÕES DO TRABALHO EDITORIAL

Dentre os muitos desafios envoltos na complexidade do trabalho editorial, a intermediação da relação entre autores e avaliadores é, certamente, uma das mais difíceis. Considerando que o sistema de arbitragem por pares é uma das mais sólidas tradições na vinculação do conhecimento científico, suas características acabam por definir, de certo modo, a própria natureza do trabalho científico. Nesse delicado e por vezes conflituoso quebra-cabeça, ao menos três perspectivas apresentam-se simultaneamente, sem nenhuma garantia de acordo entre elas.

De um lado, a perspectiva dos avaliadores: personagens anônimos que desempenham importante papel para o processo de avaliação e para a própria qualidade dos artigos publicados. Não obstante a sua importância, esse é um trabalho para o qual não existe um treinamento específico, além de ser realizado de maneira totalmente voluntária e sem muita valorização por parte dos órgãos de fomento. Não por acaso, alguns pesquisadores de maior reputação não se disponibilizam facilmente para essa tarefa, apesar de a reconhecerem como uma das atividades intelectualmente mais gratificantes na carreira acadêmica.

De outro lado, a perspectiva dos autores: quem efetivamente dinamiza e justifica a existência dos periódicos. Para esses, uma das principais dificuldades pode ser o cumprimento de exigências de adequação às normas e escopo dos periódicos, as quais, em certa medida, podem ferir a liberdade de criação intelectual. A leitura de um mesmo manuscrito por diferentes avaliadores, não raro, apresenta muitas discordâncias entre si. Todavia, movidos pelo desejo de ver seus escritos publicados, autores podem empreender mudanças, apesar de eventualmente discordarem das recomendações que lhes são sugeridas ou exigidas.

Entre esses dois personagens, encontram-se os editores. São eles, em última instância, os responsáveis tanto pelos periódicos, quanto pela intermediação entre autores e avaliadores. Uma de suas primeiras obrigações nesse sentido é disponibilizar, clara e explicitamente, parâmetros que orientem a submissão e a avaliação dos manuscritos. Além disso, eles devem também fixar o papel do parecer na decisão editorial, que, a rigor, não é o de emitir o julgamento editorial propriamente dito, cabendo-lhe, tão somente, prestar-se a aconselhar os editores

nesse processo. Na relação com os autores, especificamente, devem ainda orientá-los a considerarem seriamente o conteúdo das avaliações, sem, contudo, acatá-los necessariamente em todos os seus aspectos; afinal, uma crítica da crítica é sempre possível e até desejável.

Eis, então, parte do percurso que conduz a mais um número da revista *Pensar a Prática*. Nossa expectativa é sempre que a dinâmica editorial tenha sido capaz de instigar todos os envolvidos, o que por certo resulta em mais qualidade e rigor nos artigos que ora se apresentam. Para os leitores e leitoras, que nesse justo momento integram-se à cadeia de construção da revista, desejamos uma boa leitura.

Cleber Dias
Ana Márcia Silva
Ari Lazzarotti Filho

Editores